

Agricultura.

1

4% do PIB estadual - 10% mais de obra emprega - 8% população rural.

37% do PIB estadual - Agrobusiness.

Crescimento horizontal (postos \rightarrow lavouas) e vertical (+ produtividade).

80% do território pode ser ocupado por lavouas; 50% efetivamente ocupa
Área de expansão igual prevista a 6 milhões de hectares

As oito principais atividades crescem de 72% para 88% entre 1970 e 90
Canoa e laranja = 50% do valor produzido e 40% da área cultivada.

Do 625 mil: 400 tipicamente agrícolas. Na maioria crescimento negativo
da população entre 80/91. Crise com café e álcool = forte desemprego,
Em 226 municípios > 20% das famílias \rightarrow indigentes.

Tecnologias - hortaliças, avicultura, suinocultura; bovinocultura de leite,
iniciativa família; cana ou milho, iniciativa família nacional;
laranja, jasmim (é possível fazer o mesmo com algodão, café, soja,
trigo e fruticultura).

2
no algodão, arroz, amendoim, café, feijão, frutas, mandioca, soja e trigo, praticamente o estodo

Pesquisa: US\$ 40 milhões anuais em P&D. Modelo ideal = França.

Assistência Técnica e Vigilância Sanitária US\$ 50 milhões anuais ao govt. Na defesa sanitária é intransferível o papel do Estado. Febre aftosa na bovino cultura, peste suína na suinocultura, resíduos de pesticidas em alimentos. Fundamental.

Assistência técnica tem de promover a iniciativa privada.

Irrigação: Hoje 500 mil ha. Potencial 3 bilhões de ha.

Aumento de 500.000 ha. Geração 300.000 empregos. US\$ 700 milhões. Aumento a produtividade do cultivo, + de 2 ciclos de plantio e aumento a produtividade de 5 a 6 vezes.

Eletrificação rural: 60% dos proprietários. Aumento → 80%

Telefonia rural: 7% pessoas. → 50% = US\$ 300 mil

US\$ 212 milhões/ano são escometidos por erosão. Consumida a 1 milhão de ton. de fertilizantes e 485.000 ton de calcário. São 200 milhões de ton. de solo que vai junto com 9.93 bilhões de m^3 ^{de água} / ano.

1000 microbacias = 3.0 milhões de ha e 60.000 produtores.

Credito rural:

cestas: cesta básica - equivalência produtiva. limite 50 ha = 3000 sacos de milho

investiment: integrado nos programas. Agroindustrias. Emprego + locais 15 vezes.

comercializar - porcentagem de produtos da cesta básica.

treinament: Parceria com as Escolas de Ceres. 12 x 1000 gramas e Colegios Rurais (34 x 1500)

Questões agrárias: ^{Foras agrícolas} Oportunidade de acesso ^à ^{terras} a foras agrícolas,
filhos de pequenos produtores, que queiram funcionar na área.

Assessoria

Desde 1986 não há. De que há precisa
quantia de treinamento e assistência técnica os mais de 4.000 famílias
No Estado S. Paulo. há 250 mil moradores na área
rural.

Abastecimento.

1

- 1 - Elevação da eficácia da distribuição, aproximando produtores e consumidores, para reduzir margem de comercialização.
 - a) programas padronizados produtos e embalagens. (mercossul)
 - b) capacitação de m.o. na produção e distribuição → inovações nos processos e na perda dos safos.
- 2 - Apoio sistemas municipais (cooperas, sociedades, feiras de produtores). Esforço para garantir equidade. Programas de abastecimento através rotulagem para crianças e trabalhadores rurais.
- 3 - Informações sobre sede armazenadora, oferta dentro do Estado, bem como formação de preços. Socialização da informação. Evitar furtos.
- 4 - Características do sistema: padronização no transporte e na parte de varejo. Fomento para pequenos e médios agentes de cadeia de distribuição e comercialização. Boa investimento: CEF, fundos de mercado interno do Banespa, e bolsa de ne

5 - melhoria do sistema de transportes

6 - Revogar a Lei 919/93 que trata da privatização de empresas

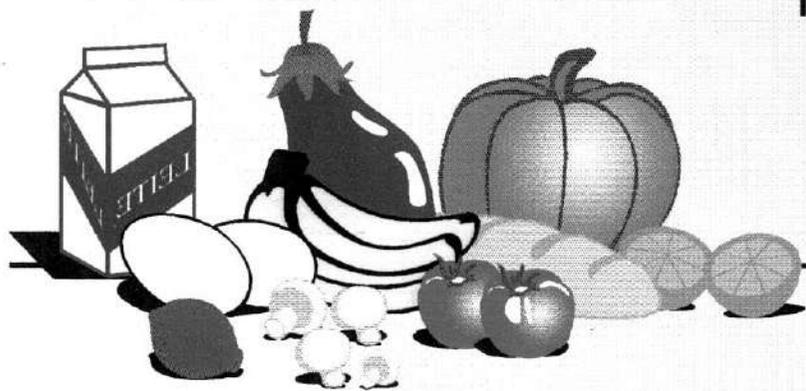
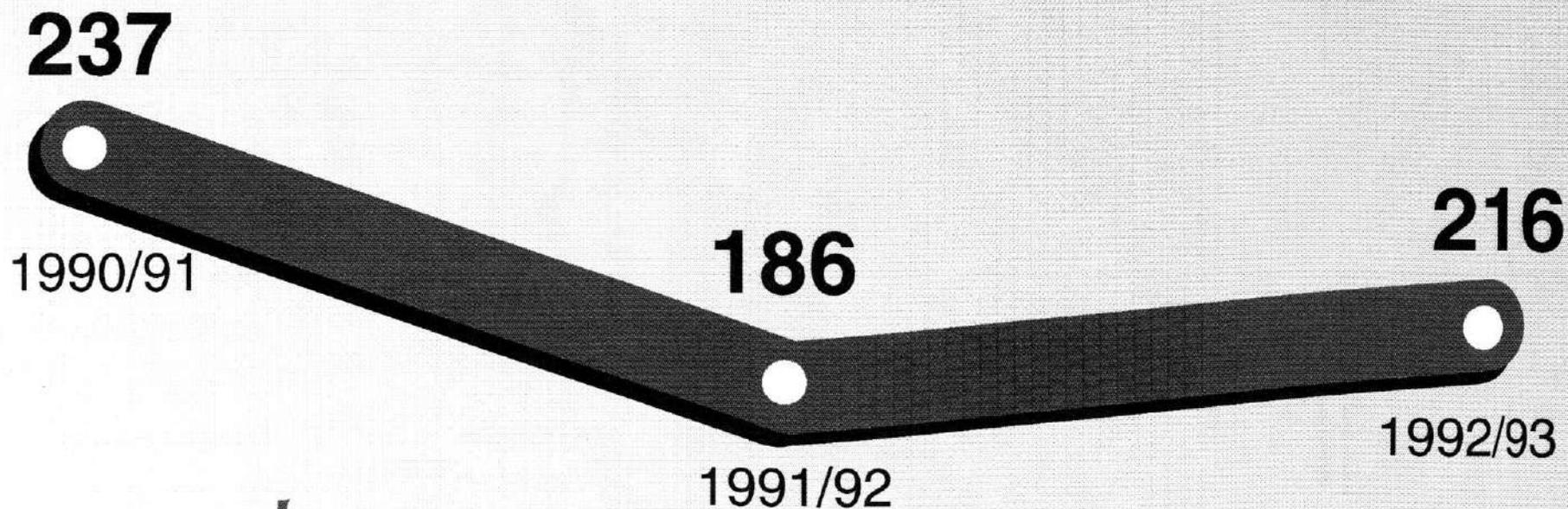
7 - Faltam espaços físicos. Flexibilizar o uso de áreas de Estados para otimizar o uso

8 - Atua política sobre impactos internacionais sobre produtos br. aliment.

9 - Fiscalização preventiva para atuação Código Defesa do Consumidor.

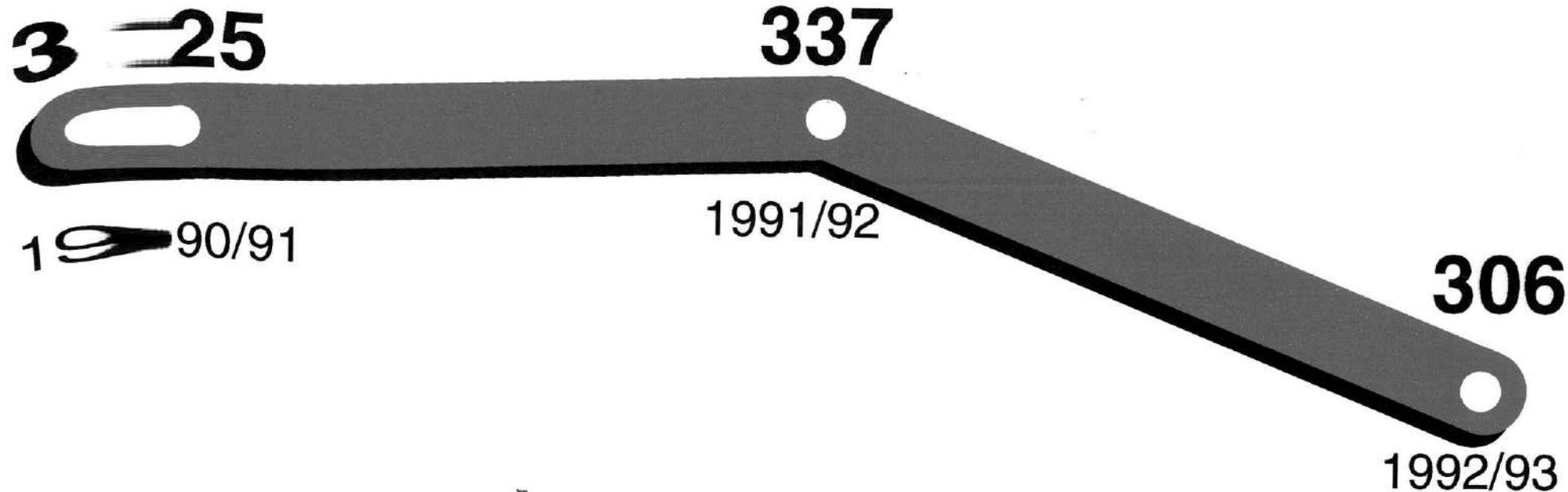
Café

em milhares de toneladas



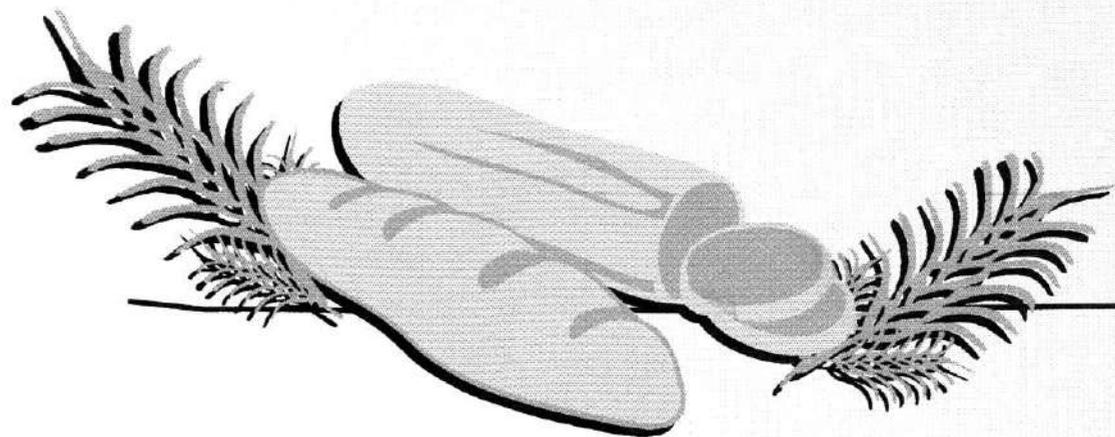
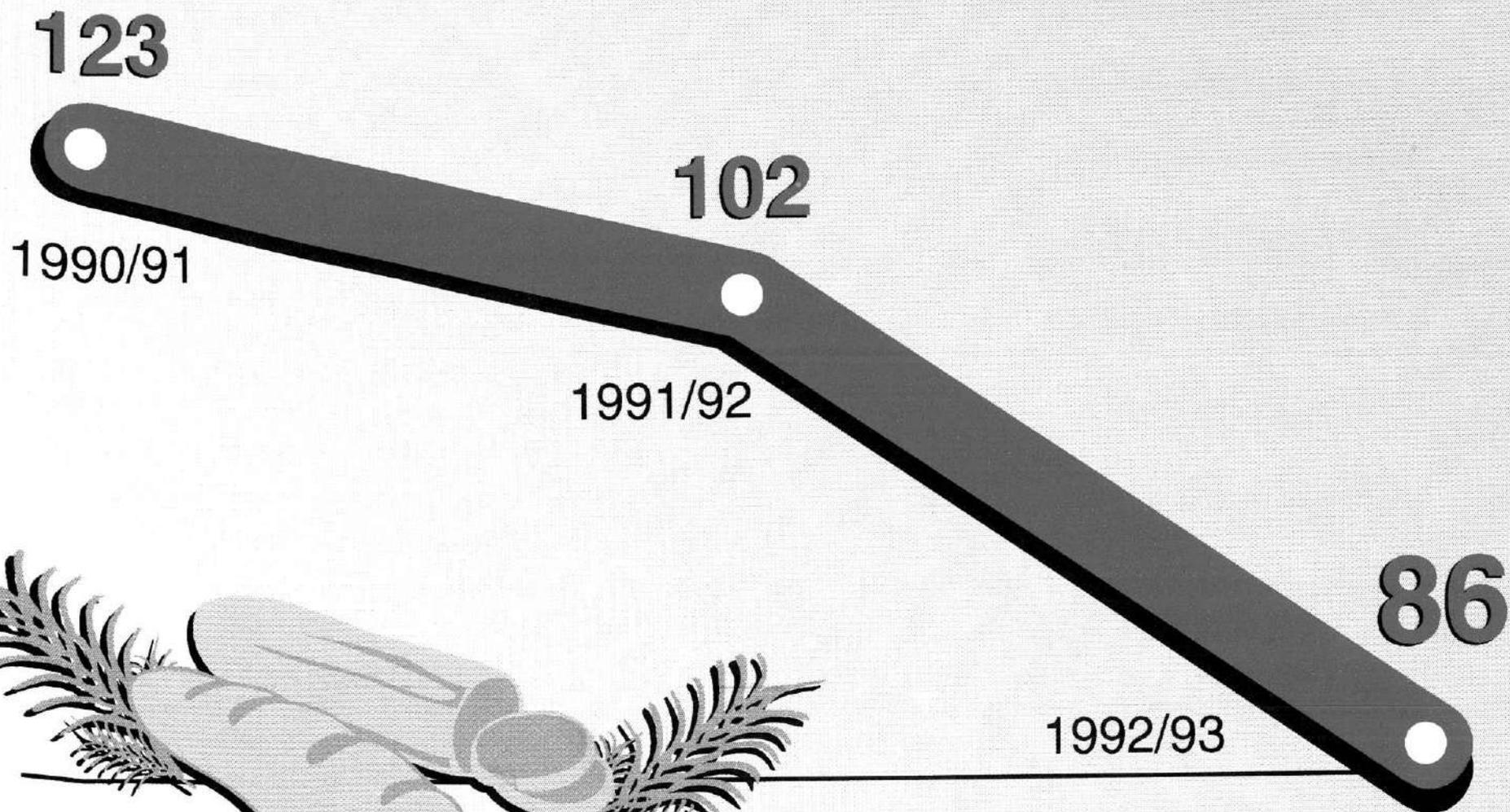
Arroz

em milhares de toneladas



Trigo

em milhares de toneladas



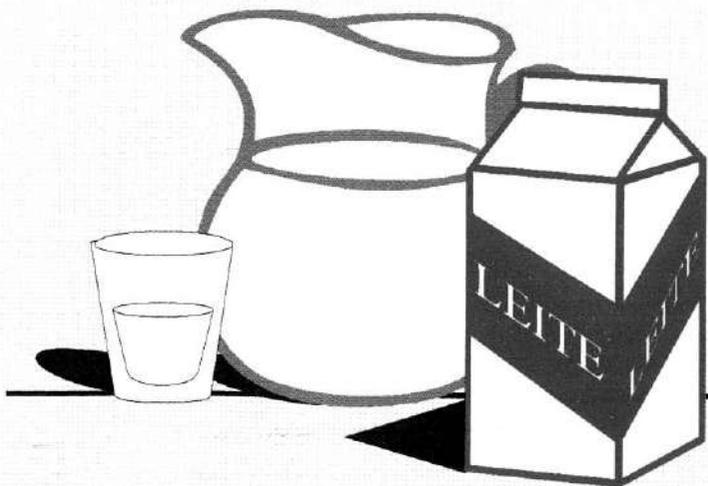
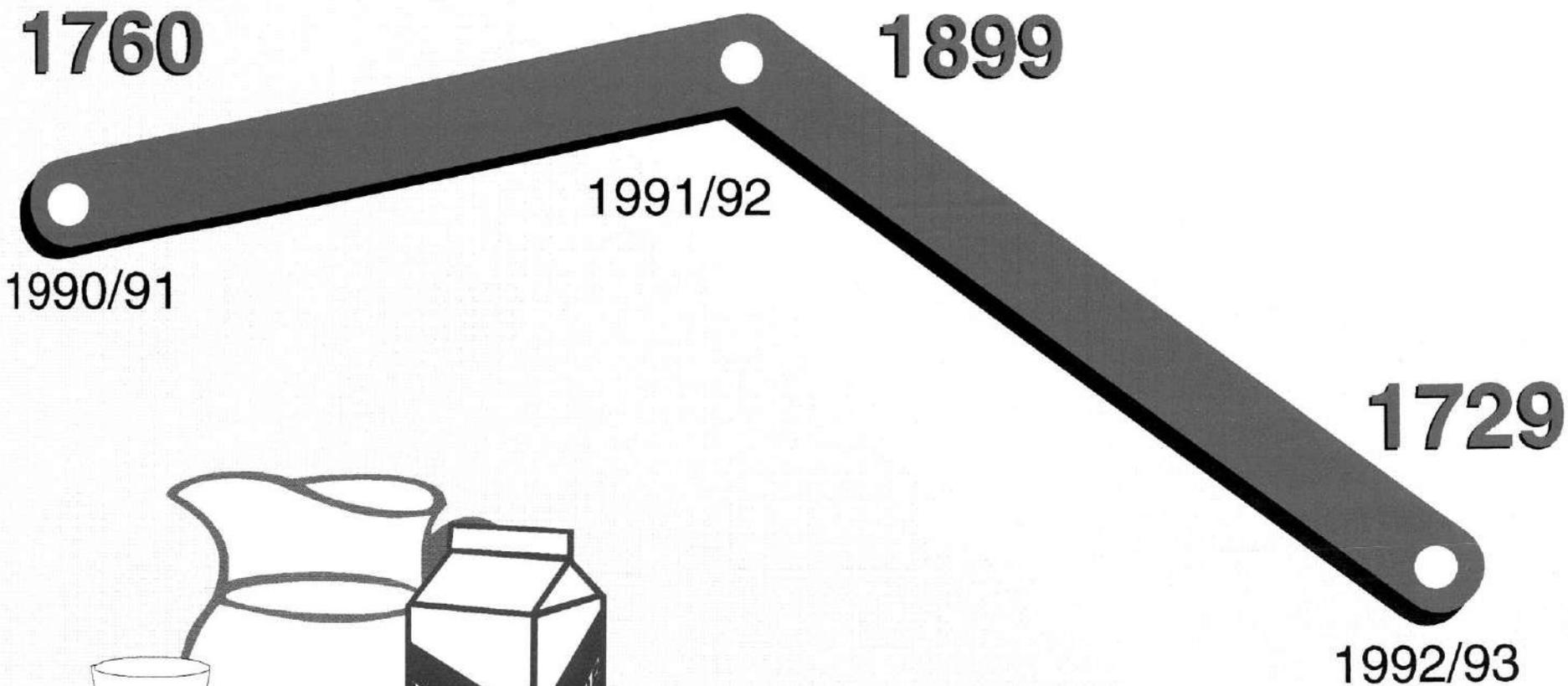
Carne Bovina

em milhares de toneladas



Leite

em milhões de litros



Algodão

em milhares de toneladas

341

1990/91

336

1991/92

225

1992/93





**DOSSIÊ
SOBRE
AGRICULTURA**

ÍNDICE

	<u>página</u>
1. Traços panorâmicos	3
2. A questão dos assentamentos	6
3. Reforma agrária	8
4. Política agrícola para o desenvolvimento	10
4.1. Proposta programática dos "Desafios"	10
4.1.1. Agricultura modernizada	10
4.1.2. Apoio ao pequeno e médio produtor	11
4.2. Proposta preliminar (programa FHS - maio/94)	11
4.3. Proposta programática (MC/90)	12
4.4. Proposta MC/94 (grade)	15
5. Proposta do PFL	16
6. Reivindicações encaminhadas pelo PFL	17
6.1. V Encontro Nacional de Produtores Irrigantes	17
6.2. Proposições para eliminar a tributação indireta na agricultura	18

1. Traços panorâmicos

- ❖ O campo, no Brasil, nunca produziu tanto quanto o fará este ano. É uma produção recorde:

produção de grãos	1985/86	1992/93	1993/94
milhões de toneladas	54,8	68	76.2

- ◆ A área total cultivada, em 1993/94, foi de 38 milhões de hectares: menos de 7% superior à de 1992/93, mas a safra foi 12% maior.
- ❖ Fato notável: jamais os agricultores dependeram tão pouco dos financiamentos oficiais. Jamais foram tão eficientes, sem serem pajeados pela União.

gastos da União com o setor rural	1988	início dos anos 90
% do PIB	4,22	1,74

- ◆ Estima-se que o crédito agrícola tenha financiado, no máximo, 20% da produção.
- ❖ Quem assumiu o papel do governo no **financiamento à produção rural**? As indústrias de alimentos, máquinas e fertilizantes adiantam os recursos ao produtor.
- ❖ **Dados:**
 - ◆ O crédito agrícola despencou para menos da metade em 13 anos. Era um dos principais instrumentos da política agrícola. (Em 1979, as taxas eram negativas.)

crédito agrícola	1980	1993
US\$ bilhões	20	9,3

- ◆ Os subsídios estão desaparecendo:

subsídios	1980	1987	1993
US\$ bilhões	4,3	8	1,4

- ◆ Aumentou a utilização de novas tecnologias e a produtividade cresceu:

produtividade	1985/86	1992/93
mil toneladas por hectare	1,5	2,2

- ◆ Os investimentos foram retomados. Por exemplo, as vendas de máquinas agrícolas ganharam novo fôlego:

vendas de tratores	1986	1992	1993
mil unidades	61,7	16	26,6

- ◆ A participação da agropecuária no PIB cresceu:

agropecuária	1986	1993
participação no PIB	10,4	12,8

- ◆ Nos EUA, o setor rural representa menos de 2% do PIB. No Brasil, a renda gerada pela agropecuária corresponde a US\$ 58 bilhões.
- ◆ A agropecuária é o elo inicial de uma vasta cadeia produtiva: o agrobusiness (agronegócios), que representa pelo menos 35% do PIB, cerca de US\$ 158 bilhões. E obtém US\$ 11 bilhões com a exportação.

❖ Os mecanismos de financiamento privado utilizados são:

- 1) a antecipação de contrato de câmbio (ACC): uma operação indexada à variação cambial e mais barata do que os juros correntes no mercado interno. O produto agrícola serve como garantia oferecida pelos produtores ao dinheiro antecipado pelas indústrias;
- 2) o lastreamento das trocas com base no produto agrícola (equivalência de produtos): tratores ou fertilizantes, por exemplo, são trocados contra soja, milho, cana ou arroz. Ao comprar um trator ou um saco de adubo, o produtor sabe quantos sacos de seu próprio produto vai custar. No fundo, é quase um escambo.

Mas este tipo de financiamento exige uma complexa engenharia financeira para se viabilizar. O produtor paga a compra do trator com certificados futuros de soja, por exemplo, emitidos por ele mesmo (a garantia de que a soja a ser plantada será entregue). O revendedor de tratores entrega o certificado ao banco e recebe moeda nacional. O banco, por sua vez, repassa os papéis para uma trading, que é quem conhece o mercado de soja. Em troca, o banco recebe *export notes*, títulos emitidos por empresas exportadoras indexados à variação cambial. Com eles, o banco capta os recursos no mercado para viabilizar toda a operação.

Negociar *commodities* no mercado financeiro é uma das formas de viabilização da produção agrícola mais em voga nas principais economias do mundo. Exemplo da Bolsa de Futuros de Chicago. A Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo ainda não conseguiu sucesso nesta área por falta de moeda forte. (Talvez com o real, as tentativas dêem certo.)

Fonte: Revista EXAME, 8 de junho de 1994.

2. A questão dos assentamentos

❖ Há três tipos básicos de assentamentos:

- 1) em terras desapropriadas por interesse social;
- 2) em terras públicas estaduais ou compradas por governos estaduais;
- 3) em terras destinadas à colonização.

ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS ATÉ 1993

tipos de assentamento	número	área (milhões de ha)	número de famílias
reforma agrária (gov. federal)	731	7,2	123.260
ações fundiárias estaduais	634	4,7	116.746
colonização (gov. federal)	49	14,1	85.181
TOTAIS	1.414	26,0	325.187

Como a agricultura familiar (pequena propriedade familiar) é constituída por cerca de 2,5 milhões de estabelecimentos, pode-se supor que 12% deste total devam ser creditados às políticas fundiárias nos últimos 30 anos.

SINOPSE INDICATIVA DA AGRICULTURA

tipos de estabelecimento	número (milhões)	área média (ha)	área total (milhões de ha)
caráter patronal	0,5	600	300
caráter familiar	2,5	36	90
caráter periférico	4,0	2,5	10
TOTAIS	7,0	57	400

Em média, pois, 10 mil famílias por ano foram beneficiadas por assentamentos. Mas, enquanto no período autoritário-militar a média anual de assentamentos não chegou a 5 mil famílias, depois de 1985 esta média ultrapassou 20 mil famílias/ano, somando-se as ações dos governos federal e estaduais.

DESEMPENHO AGRÁRIO DO GOVERNO ITAMAR

julho/93 a abril/94	número	área (mil ha)	nº potencial de famílias
decretos de desapropriação	119	669	16.871
ajuizamentos	41	230*	5.813*
imissões de posse	20	112*	2.835*

* os dados são estimativas

Nos últimos dez meses, mesmo indenizando os ex-proprietários pelo valor de mercado, o Incra só conseguiu a imissão de posse de um quinto dos imóveis declarados desapropriáveis pelos decretos presidenciais. Em tais circunstâncias, nada garante que o governo Itamar possa assentar 10 mil famílias em um ano, índice de desempenho do governo federal no período liberal-democrático.

Há muita dificuldade de obtenção de terras, seja pela nova legislação em vigor, seja pela falta de Títulos de Dívida Agrária usados no pagamento das indenizações.

A idéia de estabelecer-se um grande número de assentamentos, no próximo governo, emana de um ingênuo voluntarismo. Qualquer meta numérica sobre este assunto será ilusória.

Fonte: José Eli da Veiga, FSP, 24 de maio de 1994.

3. Reforma agrária

- ❖ Segundo as tradições social-democráticas, e de acordo com o programa do PSDB e o documento "Os desafios do Brasil e o PSDB", a reforma agrária é encarada como meio para promover-se a justiça social no campo e como exigência de democratização da sociedade.
- ❖ Parte-se do pressuposto de que o direito de propriedade capitalista (lógica do lucro) deveria estar subordinado à sua função social (lógica da responsabilidade social).
- ❖ Parte-se também do pressuposto que não se pode tolerar que grandes extensões de terras férteis fiquem improdutivas, enquanto milhões de agricultores sem terra, ou com pouca terra, são condenados à miséria.
- ❖ Pondera-se, todavia, que não se pode desestabilizar a empresa agrícola produtiva que gera alimentos, matérias-primas e divisas fortes.
- ❖ Conclui-se, então, que as desapropriações devam ser feitas estritamente dentro da lei e a partir de parâmetros que não intranquilizem a empresa agrícola e os pequenos proprietários.
- ❖ Vale dizer, os instrumentos para a reforma agrária seriam:
 - > a desapropriação de terras inexploradas ou que não satisfaçam aos mínimos estabelecidos por lei;
 - > o crédito fundiário para aquisição de pequenas glebas;
 - > o imposto progressivo;
 - > a concessão de terras públicas disponíveis;
 - > a aquisição ou permuta de terras.
- ❖ Ademais, os assentamentos deveriam ser acompanhados por investimentos em transporte, armazenamento, assistência técnica, financiamento da produção e educação.
- ❖ A política de reforma agrária deveria assegurar a exploração racional da terra, subordiná-la à sua função social e contribuir para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais.
- ❖ Deveria combinar critérios de conveniência econômica, equidade social e defesa de meio ambiente, a fim de assegurar a modernização da produção, e coibir formas selvagens de exploração da terra e a da mão-de-obra.
- ❖ Por fim, deveria complementar as áreas de crédito, preços, transportes, armazenagem, seguros, comércio exterior e pesquisas, com vistas à expansão continuada da produção de alimentos, num plano agropecuário plurianual.

- ⇒[É fundamental, contudo, perceber que, o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em outubro de 1985, previu que 7,1 milhões de famílias seriam beneficiadas com assentamentos até o ano 2000.
- ⇒ Partiu-se da estimativa de que se contava com um estoque de 410 milhões de hectares, pertencentes aos latifundiários, e de 71,7 milhões de hectares arrecadados pela União.
- ⇒ Tal Plano, entretanto, foi concebido equivocadamente (segundo tese de doutorado de Francisco Graziano "A tragédia da Terra"): baseado em estatísticas duvidosas:
- Os dados do Incra mostram que os latifundiários representam perto de 26% dos imóveis rurais brasileiros e ocupam quase 70% da área total cadastrada. Mas, pelas mesmas estatísticas, 58,2% deles têm área menor que 100 hectares e 89,8% não atingem 500 hectares.
 - Há quase 700 mil "latifundiários", cujos imóveis sequer têm 100 hectares ou mais de 1 milhão com área menor de 500 hectares.
 - Ora, pela mesma conceituação utilizada pelo Incra, temos 550 mil "minifúndios" com mais de 50 hectares (19% do total) e 220 mil deles maiores que 50 hectares (7,7% do total). Há, até, 73 "minifúndios" maiores de 500 hectares!
 - Os dados cadastrais do Incra não conferiram com a situação concreta dos imóveis rurais averiguados por equipes de trabalho encarregadas de fazer a reforma agrária... Em São Paulo, por exemplo, nenhum "latifúndio por dimensão" (excedendo a 600 vezes o módulo rural) pôde ser desapropriado...
- ⇒ Mais do que uma reforma agrária, o que o Brasil precisa é de uma política agrícola que modernize e desenvolva o campo.]

4. Política agrícola para o desenvolvimento

4.1. Proposta programática dos "Desafios"

❖ Há claramente configurados dois núcleos na agricultura brasileira:

1) um **núcleo dinâmico**, que incorpora tecnologias avançadas e ganhos de produtividade sistemáticos, além de articular a produção agroindustrial com o desenvolvimento urbano [tanto pode ser capitalista, como formado por modernas pequenas propriedades familiares];

2) um **núcleo estagnado**, que utiliza tecnologia tradicional e produz com base em unidades familiares independentes ou articulados com a propriedade latifundiária — especialmente na frente pioneira pré-amazônica, no Nordeste semi-árido e na Zona da Mata [trata-se de formas de propriedade latifundiárias ou de pequena produção familiar de subsistência]. Ocupa metade da PEA da agricultura

> Na fronteira rural, a ocupação do solo se processa de forma desordenada, predatória e através de uma luta sangrenta pela terra.

4.1.1. Agricultura modernizada

❖ Considerando que os *objetivos centrais do desenvolvimento econômico* consistem em aumentar a oferta de bens de consumo populares (bens-salários ou *wage goods*), melhorar o nível de nutrição das camadas populares e ampliar a oferta de emprego, o crescimento da produção rural torna-se essencial.

❖ Como realizar tais objetivos? Pelo uso intensivo de tecnologia adequada às condições locais, para assegurar ganhos de produtividade, diversificação da oferta de produtos agropecuários e produção em massa. E por uma política de estímulo à exportação.

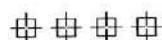
❖ Necessário se torna priorizar o investimento em infra-estrutura portuária e ferroviária, em armazenagem e eletrificação rural, assim como na produção de sementes e no desenvolvimento da tecnologia agrícola.

❖ Algumas variáveis-chave devem ser consideradas: a política de financiamento e de comercialização da produção, bem como a garantia de preços mínimos aos produtores.

> Para tanto, fontes privadas para formação de estoques sazonais e para construção de armazéns se impõem, ao lado da isenção do ICMS para produtos agrícolas de consumo popular.

4.1.2. Apoio ao pequeno e médio produtor

- ❖ Reordenamento de minifúndios e agrupamento de agricultores para ampliar as explorações individuais até o limite do pleno emprego da família.
- ❖ Linha de crédito fundiário para uso exclusivo de pequenos agricultores.
- ❖ Tributação de terras que deve obedecer a critérios de desempenho: aos melhores rendimentos corresponderão menores alíquotas.
- ❖ Regularização do domínio e posse das terras dos pequenos agricultores, posseiros, meeiros e arrendatários.
- ❖ Crédito para equipar unidades de pequenos agricultores: serviços complementares de extensão rural, seguro agrícola, garantia de preços mínimos, armazenagem e comercialização.
- ❖ Ao setor cooperativo deve ser dispensado um tratamento preferencial, técnico e financeiro, na produção, na comercialização, nos equipamentos, no processamento industrial e nos programas sociais do governo.
- ❖ Programas de formação da força de trabalho rural e ensino formal de 1º grau rural.
- ❖ Política de geração de tecnologia apropriada.



4.2. Proposta preliminar (programa FHC - maio/94)

- ❖ Priorizar a irrigação que faculte a tecnificação da agricultura, a elevação da renda e da produtividade, o aumento da oferta de alimentos, e contribui para o aumento do emprego e a fixação do homem no campo.
 - > Menos de 3 milhões de hectares são atualmente irrigados, embora o país conte com um potencial irrigável superior a 50 milhões de hectares. No Nordeste, pouco mais de 700 mil hectares estão irrigados, dos 6 milhões potencialmente irrigáveis. No Sul, apenas 20% do potencial irrigável já está sendo explorado.

- > O multiplicador de empregos relacionado com a irrigação é superior a 5, em média, variando segundo a área e as culturas.
- > Pretende-se irrigar anualmente 1,5 milhão de hectares, o que geraria cerca de 2,7 milhões de novos empregos, a custo médio de US\$ 1 mil por hectare.
- ❖ Outra prioridade é a da eletrificação rural. Somente 17% ou menos de 1 milhão dos 5,8 milhões de propriedades rurais recebem energia elétrica. Isso limita a irrigação, a utilização de implementos agrícolas e o bem-estar das famílias.
 - > A meta é de elevar de 17% para 50%, nível já atingido no Estado de São Paulo.
- ❖ Outra medida para a geração de empregos na agricultura e na agroindústria será a eliminação de impostos sobre a produção do setor e sobre todas as exportações de produtos elaborados, semi-elaborados e não-elaborados. E mais: deverão ser abatidos os impostos que incidem sobre os insumos do setor.
 - > Esta medida implicaria perda reduzida da arrecadação, compensada com vantagem pelo estímulo extraordinário ao consumo doméstico e às vendas ao Exterior.

◆ ◆ ◆ ◆

4.3. Proposta programática MC/90

⇒ [Todos esses dados deverão ser atualizados.]

- ❖ O valor da produção agrícola de São Paulo se aproxima de US\$ 5 bilhões, quase 18% do PIB agrícola nacional.
 - > Ocupa 1,4 milhões de pessoas;
 - > cultiva 7 milhões de hectares (13% da área cultivada nacional); e
 - > aproveita 10,5 milhões de hectares com pastagens.
- ❖ Agricultura de alta produtividade:
 - > movimenta 25% dos tratores, com índice de 41 hectares cultivados/trator (a média nacional é de 80 ha/trator [sendo a agricultura do restante do país menos mecanizada];
 - > utiliza 28% dos fertilizantes usados no país, numa média de 413 kg/ha cultivado (a média nacional é de 184 kg/ha).

- ❖ O Estado é o maior produtor nacional de:
 - > laranja (82% das frutas e 97% do suco cítrico);
 - > cana-de-açúcar (50%);
 - > amendoim (85%);
 - > ovos (50%);
 - > produtos hortifrutícolas (80%).

- ❖ O Estado é o segundo maior produtor de milho, café e algodão.

- ❖ A agricultura paulista tem alto grau de capitalização, tecnologicamente moderna e economicamente integrada com o setor industrial e financeiro. Tem um dinamismo de países desenvolvidos.

- ❖ Diretrizes gerais para modernizar a agricultura:
 - > fazer chegar aos agricultores mais desprotegidos o arsenal de conhecimentos agrônômicos disponível nos órgãos de pesquisas e nas universidades;
 - > investir no desenvolvimento e na divulgação de tecnologias apropriadas às condições subtropicais (investir nos Institutos de Pesquisa do Estado);
 - > estimular o cooperativismo e o associativismo para fortalecer os pequenos contra o complexo agroindustrial;
 - > regionalizar a política agrícola do Estado;
 - > garantir a extensão dos benefícios sociais aos trabalhadores do campo (saúde, educação, habitação, transporte).

- ❖ Política fundiária:
 - > retomar o Plano de Valorização de Terras Públicas, destinadas a assentamentos. Os 23 assentamentos (entre os quais 6 realizados pela Cesp) encontram-se em difíceis condições. Garantir assistência técnica às 2 mil famílias desses assentamentos;
 - > realizar gestões, em nível federal, para elevar o ITR sobre as terras ociosas e isentar as terras de reserva florestal ou com matas naturais.

- ❖ Comercialização e abastecimento:
 - > criar um sistema de apoio à comercialização, para democratizar as informações sobre oferta e demanda e sobre preços, e permitir ao pequeno produtor independência em relação aos intermediários;
 - > montar um sistema de classificação e padronização de produtos agropecuários;

> possibilitar que a região de Campinas abrigue o Centro Armazenador de São Paulo, articulando a malha viária nas diferentes modalidades, para reforçar as funções dos portos de Santos e São Sebastião.

❖ Conservação de solos, florestas e meio ambiente:

> equipes conservacionistas serão formadas para programas de conservação do solo e água, com ênfase nas microbacias hidrográficas. Os agricultores serão estimulados ao reflorestamento de áreas impróprias à prática agrícola.

❖ Crédito e Seguro Rural:

> programas especiais no Banespa e Nossa Caixa, vinculando o débito do agricultor aos preços dos produtos agropecuários;
> ampliação do seguro rural da Cosp e financiamento do prêmio do seguro rural pelo Banespa e Caixa.

❖ Tributação:

> reestudo das alíquotas do ICMS incidentes sobre alimentos básicos.

❖ Pesca:

> prioridade à pesca artesanal: assistência técnica e financeira, apoio à construção de instalações para refrigeração e conservação;
> fiscalização rigorosa para impedir a pesca predatória;
> programas de pesquisa para a atividade pesqueira.

❖ Cooperativismo e associativismo:

> prioridade na definição e execução da política agrícola, prioridade na destinação dos recursos públicos, nos programas de apoio à industrialização rural, na infra-estrutura de comercialização e no aprimoramento tecnológico.

❖ Trabalhadores rurais:

> a Secretaria do Trabalho garantirá os direitos dos trabalhadores rurais, estimulará o sindicalismo e fiscalizará as condições e ambientes de trabalho.

✚ ✚ ✚ ✚

4.4. Programa MC/94 (grade)

- ❖ Privatizar os armazéns do Ceagesp e licitar a concessão dos entrepostos da Capital e os regionais; privatizar a Codasp e a produção comercial de sementes e mudas.
- ❖ Concentrar os investimentos públicos setoriais na geração e desenvolvimento de tecnologia agrícola.
- ❖ Implantar o Conselho de Desenvolvimento Rural (previsto na Constituição Estadual): representantes da comunidade agrícola, tecnológica e agrônômica, de organismos governamentais, setores empresariais e trabalhadores.
- ❖ Fiscalizar a classificação, padronização e controle de qualidade dos produtos e insumos agropecuários, bem como das práticas agrícolas nocivas ao meio ambiente.
- ❖ Incentivar programas de capacitação de mão-de-obra para a produção agropecuária.
- ❖ Incentivar a criação de bolsas regionais de arrendamento (oportunidades de acesso a empreendedores).
- ❖ Implementar assentamentos rurais em terras ociosas, sub ou mal utilizadas, em parceria com o governo federal.
- ❖ Apoiar com linhas de financiamento e assistência técnica projetos de cooperativas e associações.
- ❖ Implementar programa de conservação de solo e água, através de ações que tenham por unidade de planejamento as microbacias hidrográficas.
- ❖ Estimular a comercialização de produtos agropecuários via Bolsa de Cereais.
- ❖ Programa de incentivos fiscais para projetos integrados de agricultura e agroindústrias, com prioridade para as regiões da Alta Sorocabana, Pontal do Paranapanema, Nova Alta Paulista, Alta Araraquarense, Itapeva-Itaporanga e Vale do Ribeira.
- ❖ Estimular as exportações: os agronegócios (produtos in natura, semi-elaborados e processados) representam 32% das exportações estaduais.
- ❖ Instituir uma coordenação dos agronegócios, envolvendo a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Banespa, Nossa Caixa, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Secretaria de Transportes e Secretaria de Planejamento e Gestão.

5. Proposta do PFL

❖ Considera que nenhum outro setor tem tanta capacidade para gerar novos empregos como o complexo agropecuário. Nos EUA, cada novo emprego criado na área rural significa 5 novos empregos na economia.

❖ Propõe cinco pontos para uma campanha no Interior:

1) Eletrificação rural:

- > traz melhorias na produtividade e bem-estar;
- > evita o êxodo rural, pois leva benefícios encontráveis na cidade;
- > aumenta a produtividade, pois possibilita a utilização de instrumentos como pivô de irrigação, resfriador de leite, triturador de ração etc.

>> **sugestão:** financiamento dos produtores; se possível, pago com produtos agrícolas.

2) Pesquisa:

>> **sugestão:** aplicação de 3% do PIB agropecuário em pesquisas (tanto privado como público).

3) Irrigação:

- > o Estado dispõe de grandes lagos formados por usinas hidrelétricas, cujas margens estão ociosas: enorme potencial desperdiçado para a irrigação;
- > a irrigação diminui sensivelmente a sazonalidade do emprego, ao aumentar o número de colheitas;
- > a produção irrigada dá-se no período de entressafra, barateando os alimentos.

>> **sugestões:** programa de financiamento de equipamentos de irrigação e de energia elétrica mais barata para os produtores irrigantes (a exemplo da tarifa noturna).

4) Programa de microbacias:

> São Paulo perde cerca de 190 milhões de toneladas de terra fértil a cada ano e tem cerca de 4 milhões de hectares em estado avançado de desertificação ou alterados por erosão.

>> **sugestão:** lançar um projeto de microbacias para todo o Estado (há projeto no Banco Mundial), melhor forma de produzir alimentos com a preservação do meio ambiente.

5) Banespa: o banco rural:

> os financiamentos atuais aos agricultores são indexados pela TR, embora o governo paulista alegue ter implementado o sistema equivalência-produto.

>> **sugestão:** implementar de fato a equivalência-produto, tão-somente para os pequenos agricultores e para os produtos da cesta básica.

⇒ [A não ser a proposta de investir 3% do PIB agropecuário em pesquisa agrícola e a questão das tarifas subsidiadas para os produtores irrigantes — sugestões pontuais que merecem estudos específicos —, as demais propostas são perfeitamente compatíveis com as diretrizes programáticas tucanas.]

6. Reivindicações encaminhadas pelo PFL

6.1. V Encontro Nacional de Produtores Irrigantes

- ❖ Programa de pesquisa agrícola para difusão de novas tecnologias, visando ganhos de produtividade e qualidade dos produtos.
- ❖ Plano de desenvolvimento agrícola sustentável.
- ❖ Redução das alíquotas tributárias incidentes sobre o setor.
- ❖ Descontos na tarifa elétrica noturna (das 23 horas às 5 horas) estendidos para os sábados e domingos.
- ❖ Isenção de taxas nas localidades agrícolas que dispõem de água, caso não tenha havido investimentos públicos para a captação da água.
- ❖ Formação de órgão fiscalizador que ateste o controle de qualidade dos equipamentos de irrigação.
- ❖ Incentivo à prática do Plantio Direto.

⇒ [Estas propostas merecem encaminhamentos específicos.]

6.2. Proposições para eliminar a tributação indireta da agricultura

- ❖ Eliminar o ICMS sobre fertilizantes, sementes, implementos e tratores.
- ❖ Eliminar o ICMS sobre qualquer produto exportado, assegurando ainda ao exportador o ressarcimento do imposto cobrado nas operações anteriores.
- ❖ Eliminar o ICMS sobre os alimentos.
- ❖ Eliminar o IPI federal sobre máquinas, equipamentos, implementos, tratores e insumos agrícolas.
- ❖ Isentar as empresas que exercem atividades agropecuárias da incidências das contribuições sociais sobre o faturamento (Cofins e Pis).

⇒ [Em suma: propõem eliminar grande parte dos impostos sobre o setor rural e sobre os setores que são seus fornecedores. Há proposta, cujo conteúdo preciso precisaria ser verificado, no programa preliminar de FHC. O alcance, além do mais, deveria ser medido cuidadosamente, em função dos possíveis desdobramentos em outros setores da economia.]

TÓPICOS BÁSICOS DE IMPORTÂNCIA MACRO SETORIAL

1) PRÓALCOOL (NÍVEL NACIONAL)

É um combustível tipicamente nacional, em termos de vantagem comparativa e tecnológica, é altamente gerador de empregos no seu complexo de produção, está descentralizado em todo território nacional, com mais de quatrocentas unidades industriais produzindo, enfim um programa que atende em tudo as necessidades de nosso estágio econômico, e de preservação ecológica, e no entanto, não possui qualquer incentivo governamental para sobreviver em concorrência com a gasolina, combustível que depende de importação, e de difícil distribuição pelas suas características de produção litorânea.

Graças portanto a perseverança de seus produtores, o álcool, que por ser de origem agrícola tem desvantagem de custos de produção sobre os derivados de petróleo, vem sobrevivendo a duras penas numa desigualdade fiscal que o coloca com a mesma carga de ICMS da gasolina (25%) e mais do que o dobro do diesel (22%).

Assim, realisticamente só poderemos manter este programa, e preservar todas suas vantagens, se estabelecermos uma vantagem tributária que permita ao álcool uma melhor remuneração aos produtores, sem repasse no preço final ao consumidor.

2) AÇÚCAR (NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL)

A) CARGA TRIBUTÁRIA

Semelhante ao álcool, o açúcar é no Brasil o único produto da cesta básica que não possui qualquer apoio governamental, ao contrário, vem sofrendo uma série de influências negativas que só fazem dificultar seus processos produtivos, tecnológicos e por incrível que pareça até de venda e distribuição.

No Centro Sul, só para se ter um exemplo, o açúcar item importante da cesta básica, tem uma carga tributária entre ICMS e IPI que atinge quase 40%, que se aliado a outros impostos indiretos, levam a carga total de impostos a mais de 50%. É sem dúvida um absurdo que a falta de planejamento

economico governamental veio acrescentando homeopaticamente ao nosso produto.

B) COLHEITA DE CANA

Acrescente-se a isto uma total desinformação do ministério público do Estado de São Paulo, que tem aberto uma guerra contra as queimadas de cana, como se esta operação fosse altamente poluente.

Esta atitude incompreensível vai contra aos proprios levantamentos da EMBRAPA, que mostra que as queimadas de cana em nada prejudicam o sistema ecológico com que convive, e alias, comprova a EMBRAPA em seus estudos, que nas regiões de cultura de cana, qualquer substituição só se faria com piora da qualidade socio economica da região. É admiravel e inadmissível, que a preocupação ecológica fira a realidade técnica, e despreze os impactos sociais das medidas propostas.

C) PORTOS E CANAIS DE ESCOAMENTO

O mercado mundial de açúcar tem crescido a uma média de 1,8% ao ano, enquanto em varios países produtores as situações economicas e tecnicas de operação tem levado a sistemáticas quedas nos niveis de produção.

O Brasil, mormente a região Centro Sul, tem na sua estrutura de produção perfeita capacidade de avançar nestas fatias de mercado, mas porem, tem tido dificuldades economicas, pois o porto de Santos, caminho natural deste escoamento, cria uma série de empecilhos tecnicos e financeiros.

A produtividade e a modernidade, são fatores fundamentais se quisermos atuar com competencia e longividade nos mercados internacionais.

3) RESUMO

O setor sucroalcooleiro tem, ao longo de sua existencia, mostrado sua capacidade em se adaptar e resolver seus problemas dentro de seus próprios recursos e com soluções particulares.

Ultimamente porem, por mais criatividade e capacidade de adaptação, as limitações que nos impoem o descontrole dos planejamentos governamentais, esta extremamente dificil nos mantermos operacionalmente competentes.

As seguidas crises financeiras impostas pela má administração de nossos preços, mormente no caso do alcool, nos tiraram a capacidade de

investimentos em pesquisas, principalmente de variedades de cana, que são as mais lentas, fazendo com que a tendência de curva ascendente de produtividade alcançados até meados dos anos oitenta, se revertesse para uma tendência descendente, o que é altamente preocupante.

Os colchões patrimoniais criados nas épocas de boom econômico estão desgastados e por muitas vezes altamente comprometidos, podendo acabar por se esvaír do processo produtivo.

Apesar de tudo isto, temos certeza de nossa plena capacidade de recuperação. Não precisamos e não queremos situações especiais, pedido tão comum em nossa história, queremos tão somente que a nível governamental, tanto federal como estadual, se retirem os empecilhos que não nos permite atuar em igualdade de condições com as leis de mercado.